

---

**JECA TATU, INCAPAZ DE EVOLUÇÃO E  
IMPENETRÁVEL AO PROGRESSO:  
OS TEMPOS DA NAÇÃO NOS TEXTOS DE  
MONTEIRO LOBATO (1914-1919)**

**Daniel Alencar de Carvalho**

Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).  
Mestrado em História Social pela mesma instituição. Bolsista da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail:  
[alencar\\_daniel8@hotmail.com](mailto:alencar_daniel8@hotmail.com)

**JECA TATU, INCAPAZ DE EVOLUÇÃO E IMPENETRÁVEL AO PROGRESSO: OS TEMPOS DA NAÇÃO NOS TEXTOS DE MONTEIRO LOBATO (1914-1919)****JECA TATU, UNABLE TO EVOLUTION AND IMPENETRABLE TO PROGRESS: THE SIMULTANEITY OF HISTORIC TIMES IN THE NATIONAL TERRITORY IN MONTEIRO LOBATO'S WORK (1914-1919)**

Daniel Alencar de Carvalho

**RESUMO**

Em novembro de 1914, na seção “Queixas e Reclamações” do jornal *O Estado de São Paulo*, foi publicado o artigo “Uma velha praga”, de José Bento Monteiro Lobato. Autor desconhecido, Lobato se colocava como “uma voz do sertão” que veio dizer às gentes da cidade as destruições causadas pelo caboclo no interior. No mês seguinte, animado com a repercussão do libelo, aprofunda suas críticas ao produzir uma caricatura: Jeca Tatu, uma espécie de Peri às avessas. Impenetrável ao progresso, Jeca era símbolo do atraso, das relações de produção arcaicas, da ignorância, do paternalismo das oligarquias e dos descompassos temporais existentes no país. Este artigo busca compreender de que modo a simultaneidade de tempos históricos no território nacional foi trabalhada nos textos de Monteiro Lobato, sobretudo entre 1914-1919. Como hipótese de trabalho, acredito que o suposto descompasso entre as populações interioranas e a aceleração temporal nas metrópoles do país, então Rio de Janeiro e São Paulo, foi sentida como uma tensão entre um “espaço de experiência”, identificado com as áreas rurais nas quais cresceu e administrou sua fazenda, e um “horizonte de expectativas”, um país onde as populações campestres pudessem ser incorporadas ao progresso, utilizando os conceitos de Reinhart Koselleck.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Monteiro Lobato, Jeca Tatu, nação, tempo, progresso.

**ABSTRACT**

In November 1914, the article “Uma velha praga” was published by Monteiro Lobato, in the “Queixas e Reclamações” section of the newspaper *O Estado de São Paulo*. Then an unknown writer, Lobato described himself as “a voice from the hinterland” that came to tell the city people about the destruction caused by the *caboclo* in the backcountry. On the following month, and excited about the impact of his article, he deepened his criticism by producing a caricature: Jeca Tatu, a kind of Peri in reverse. Impenetrable to progress, Jeca symbolized slowness, archaic relations of production, ignorance, paternalism of the oligarchies and the existing gaps of time in the country. This article seeks to understand how the simultaneity of historic times in the national territory was understood in Monteiro Lobato's work, especially between 1914-1919. As a hypothesis, I believe the supposed gap between the inland population and temporal acceleration in the country's metropolises, Rio de Janeiro and São Paulo, was felt as a tension between a “space of experience”, identified with rural areas in which he grew and where he managed his farm, and a “horizon of expectations”, a country – Brazil – where its rural populations could be incorporated to progress – making use of Reinhart Koselleck's concepts.

**KEYWORDS:**

Monteiro Lobato, Jeca Tatu, nation, time, progress.

## INTRODUÇÃO

Quem, por acaso, folhear os artigos de Monteiro Lobato publicados anteriormente em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, hoje reunidos em livros, compondo sua obra completa, surpreende seu entusiasmo com as obras de Euclides da Cunha. Muito mais que um literato, um engenheiro, um “sociólogo” - definições correntes nas críticas sobre o autor<sup>1</sup> -, para Lobato, Euclides era “um gênio americano” (LOBATO, 2008, pp.248-253). O aparecimento de *Os sertões*, por exemplo, “rebentou na lagoa verde do nosso marasmo mental como um trovão em dia sem chuva, desses que por muitos segundos ecoam pelas quebradas invisíveis” (LOBATO, 2008, pp.249-250).

Euclides teria sido “o primeiro a ver a realidade do conjunto, a tragédia do homem derrotado pelo meio”, compondo este drama “com tintas tomadas do chão: a lama negra dos barreiros, o vermelho do sangue em coágulos dos jagunços, as escorrências sépias do cangaço dos sertões e do cangaço pior da mazela administrativa” (LOBATO, 2008, p.251). Em 1902, era *algo nuevo*:

“Na nossa literatura de reflexo, insistentemente água-de-rosas, cor-de-rosa, maciazinha, cheia de “pequenas” cor de batata, de morenas de buço, de “Moreninhas” que se perdem com boêmios velhos e se casam com amanuenses de peito afundado; tremendamente burocrática em Machados de Assis; sem um herói que não fosse suburbano, sem uma paisagem que não fosse variante da palmeira com um céu “americanamente azul” atrás, irrompe de súbito Euclides como um Mongol Tonante a chispar raios – raios de metáfora inéditas, uivos de indignação, com asperezas de lixa grossa, com desprezo de todos os veludinhos”. (LOBATO, 2008, p.250).

O entusiasmo é evidente, não escondendo a finalidade que o anima. Em sua crítica literária, Monteiro Lobato expõe seu projeto de literatura *brasileira*, evidenciando aquilo que deve ser louvado e reprovado a partir da capacidade do artista em exprimir “o país como ele é”, informando aos leitores – em sua maioria citadinos, alheios aos “reais” problemas da nação – os males do Brasil, diagnosticando suas causas e propondo soluções. Através de Euclides da Cunha, o “pai do Jeca” se revela. Como veremos, embora escrevendo em momentos diferentes, os dois autores se encontram na ideia comum de “revelar” aqueles “à

<sup>1</sup> Ver, entre outros, os ensaios e estudos críticos, literários e biográficos presentes em CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1996. 2 volumes.

margem da história”<sup>2</sup> e “inadaptáveis à civilização”, “desvendando” as contradições do país, pondo em cheque os limites de se criar uma “comunidade imaginada”<sup>3</sup> em território brasileiro, encarando sua literatura como um dever intelectual – uma missão.

Neste artigo, pretendo compreender de que modo a simultaneidade de tempos históricos no território nacional foi trabalhada nos contos de Monteiro Lobato. O suposto descompasso entre as populações interioranas e a aceleração temporal nas metrópoles do país, então Rio de Janeiro e São Paulo, foi sentido como uma tensão entre um “espaço de experiência”, identificado com as áreas rurais nas quais cresceu e administrou sua fazenda, e um “horizonte de expectativas”<sup>4</sup>, um país – Brasil – onde as populações campestres pudessem ser incorporadas ao progresso. Para alcançar tal objetivo, “projetos” foram elaborados e entraram na disputa pela “negociação da realidade”<sup>5</sup>, a partir da qual se poderiam efetuar a construção da nacionalidade e a redenção do Jeca Tatu.

<sup>2</sup> Referência à CUNHA, Euclides. *À margem da história*. Introdução, nota editorial e cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo: Cultrix; Brasília, INL, 1975.

<sup>3</sup> Entendo nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana, como propõe Benedict Anderson. Ela é *imaginada* porque todos os seus membros jamais se conhecerão, embora nutram um sentimento de comunhão entre si. Também *limitada*, porquanto suas fronteiras sejam finitas, “para além das quais existem outras nações”. *Soberana*, semelhante ao Estado que lhe estrutura. E *comunidade*, pois “independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal”. Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp.26-34.

<sup>4</sup> Neste artigo utilizo as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa de Reinhart Koselleck. Para este historiador, o espaço de experiência corresponde ao passado atual, incorporado consciente ou inconscientemente, que pode ser lembrado e é transmitido através de instituições ou gerações, podendo referir-se às experiências alheias. O horizonte de expectativa é o futuro presente, aquilo que não foi experimentado mas pode ser previsto e desejado, podendo gerar medos e esperanças. Não existe um sem o outro e tanto o espaço de experiência como o horizonte de expectativa possuem uma dimensão social e subjetiva. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUCRio, 2006. p.305-327.

<sup>5</sup> Em estudos antropológicos, Gilberto Velho aponta a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo como uma das principais características das sociedades complexas. As redes de significado que tecem tais sociedades seriam compostas de “símbolos compartilhados, linguagem básica comum, gramaticalidade no processo de interação [...], expectativas e desempenhos de papéis congruentes”, dando-lhe consistência cultural e possibilitando aos seus membros o transitar entre significações dissemelhantes, através de um processo de *negociação da realidade*, onde as identidades são metamorfoseadas e os códigos culturais são comutados, transmutados ou postos em disputas.

Frente aos campos de possibilidade existentes na sociedade contemporânea e às várias interpretações do mundo simbólico, *projetos* são elaborados “no nível individual [e] lida[m] com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”. No entanto, cabe ressaltar que a análise dos projetos historicamente construídos não deve ser efetuada de modo mecânico ou desobrigado, como um plano elaborado e automaticamente posto em prática, pois as tensões sociais, se permitem sua elaboração, podem frustrar seu exercício, anulando sua ação ou reelaborando as diretrizes primeiras. Ver: VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. pp.11-30.

**REFLUXOS PARA O PASSADO.**

*Os sertões* foi publicado cinco anos após a Campanha de Canudos. Neste intervalo, Euclides da Cunha modificou a proposta original da obra, transformando a guerra no interior baiano em tema de assunto geral: esboçar, “ante o olhar dos futuros historiadores”, os traços gerais das “sub-raças sertanejas”. A mudança de perspectiva se fazia necessária para Euclides,

“(…) porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra”. (CUNHA, 2003, p.21).

Condenadas ao esmagamento pelas “raças fortes”, o jagunço, o tabaréu e o caipira se extinguíram pela inflexível “força motriz da História” (CUNHA, 2003, p.22). Denúncia ao crime cometido em Canudos, a obra também era uma forma de compreender as mudanças em curso no país, salvaguardar, através da escrita, a passagem evanescente de “sub-raças” longe dos centros cosmopolitas, da ordem e do progresso. O horizonte de expectativa solapava as experiências pretéritas, os espaços resistentes ao devir inexorável, cruel e necessário.

O sucesso do empreendimento veio logo. Lançado na primeira semana de dezembro, sua primeira edição se esgotaria em fevereiro de 1903, possibilitando à Euclides da Cunha sua entrada na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste momento, “a inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*” (SEVCENKO, 1999, pp.25-77) se fazia sentir em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, centros políticos e econômicos da Primeira República. Será em meio dessa euforia de modernização, de alinhamento do país com as potências europeias e norte-americanas, que *Os sertões* rebentará como um “trovão em dia sem chuva”.

Por sua condição de capital do país, com intensa presença do poder público, havia uma pressão, advinda dos “donos da República”, para que o Rio de Janeiro pudesse “refletir a nação de maneira aceitável perante a Europa e ao mundo considerado civilizado” (CARVALHO, 1988, pp.16-17), legitimando o novo regime político interna e externamente, através de reformas urbanas de grande envergadura, instaurando o império do *chic* e do *smart*.

Era necessário investir no aspecto simbólico da cidade. “O Rio era uma cidade suja, caótica, mal traçada e perigosa”, informa José Murilo de Carvalho (1988, p.17). A

estrutura urbana do Rio de Janeiro deveria ser transformada, criando novos espaços, hierárquicos e segregacionistas, que tornasse a capital um cartão postal para o europeu e o americano, transmutando ruas estreitas em imensos *boulevards*, através da demolição de casas coloniais, tabernas e cortiços abarrotados, gerando a expulsão da população pobre para a periferia da cidade. Antes da crise do encilhamento, com a consequente negociação das dívidas externas do país com bancos internacionais, esta “regeneração” da cidade, como então se apresentava nos periódicos da época, era acompanhada pela emergência de novos tipos sociais, como aventureiros e especuladores, que puderam enriquecer rapidamente com o aumento das importações, introduzindo e fazendo circular produtos do mercado parisiense e norte-americano, desde o vestuário às ideias filosóficas e produções literárias.

Auxiliado pelo presidente Rodrigues Alves, o prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) inicia a construção de um moderno Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Além do plano de construir amplas avenidas, praças e jardins, como ocorrido em Paris no século XIX pelo Barão de Haussmann, Pereira Passos, junto com o médico e sanitarista Oswaldo Cruz nomeado chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública, busca erradicar os focos de epidemias na cidade, como a varíola, febre amarela e peste bubônica no intuito de “findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem o seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundice e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim” (SEVCENO, 1999, p.29).

O enorme clima de euforia, a crença de que o Brasil rumava o processo último do capitalismo, do progresso e da civilização, como observa Lilia Moritz Schwarcz, levavam “a noção de que o progresso era certo, único, derradeiro, evolutivo e ordeiro”, tornando “civilização” e “controle” palavras de ordem no período, “que vivenciou a globalização mundial e um dinamismo jamais experimentado” (2012, p.39).

Neste momento, alguns intelectuais mantiveram acesa a tradição engajada dos “mosqueteiros intelectuais” da geração de 1870. Entre os intelectuais do período, das mais

---

<sup>6</sup> “Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose (...): a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.30.

diversas áreas do conhecimento, sucedia um sentimento de estranhamento frente às mudanças em curso, a percepção de que o Brasil não era uma nação, mas um Estado frágil, sujeito aos influxos da economia e política externa. Era necessário criar essa comunidade imaginada, mobilizando os saberes científicos disponíveis, compondo um conhecimento seguro sobre o país, como “a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino” (SEVCENKO, 1999, p.85). Por meio do cientificismo, um certo misticismo nas possibilidades interpretativas e solucionais da ciência, avaliava-se a história pátria, identificando erros e acertos, possibilidades futuras de desenvolvimento, meios de ordenar o progresso, de fazê-lo efetivo, capaz de abarcar a totalidade do território nacional<sup>7</sup>.

Esta é a missão de Euclides da Cunha. *Os sertões* é uma mancha na maquiagem da *belle époque* carioca. É a afirmação de que existem vários “Brasis”, vivendo experiências do tempo diferenciadas, vivendo à margem da história, do progresso. Era a constatação de que o futuro não viria sem consequências. A existência da “sub-raça sertaneja”, era a prova de que os brasileiros eram “etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa”. O que separaria esses dois “Brasis”, sertão incógnito e litoral cosmopolita, não é a geografia, mas o tempo: “(...) mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”. Canudos foi “um refluxo para o passado” (CUNHA, 2003, p.22).

O trabalho de Euclides em “revelar” o Brasil sertanejo, longe dos enlevos urbanos, seria o mesmo de Monteiro Lobato com seus contos. Embora os estilos sejam diferentes – Lobato escrevendo contos trágicos, cômicos e tragicômicos e Euclides da Cunha um ensaio cientificista -, o anseio em compreender o “tríptico brasileiro” - a Terra, o Homem e a Luta – era o mesmo. Era preciso escrever uma literatura que fosse *brasileira*, retratando a terra no seu aspecto “mais hostil à dominação do homem, mais queimada de sóis candentes,

<sup>7</sup> No entanto, estes intelectuais também poderiam ser considerados “paladinos malogrados”. Seus anseios de intervir socialmente nos designios da República foram reprimidos pela estrutura hierárquica e oligárquica instituída pouco depois de 1889. Além disso, outros fatores condicionaram sua posição marginal na nova sociedade em transformação: a) no âmbito político, eram “repelidos e postos de lado em favor de aventureiros, oportunistas e arrivistas sem escrúpulos”; b) a enorme taxa de analfabetismo os impedia de serem lidos por um público significativo. Em 1900, José Veríssimo publica em artigo alguns números alarmantes: segundo a estatística oficial de 1890, dos 14.333.915 habitantes, 12.213.356 não sabiam ler, “isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros”; c) o regime republicano não era “um universo fundado nos valores da razão e do conhecimento, que premiasse a inteligência e a competência com o prestígio e as posições de comando” e acabara por reduzir tudo ao valor do mercado, o “mais volúvel dos valores”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. pp.86-93.

mais espinhenta, mais sujeita a longos períodos de estiagem cruel”; o homem que renegou “a toda a instrumentalidade da civilização” e “fez-se elementar até os últimos limites, copiou a sabedoria das cactáceas”; e a luta entre “o espinhento homem-cacto e o homem mais evoluído do litoral”, que “porque não se compreendessem, atracaram-se” (LOBATO, 2010b, p.181). Em 1918, *Urupês* faria tanto barulho quanto *Os sertões*.

### **“POBRE JECA TATU! COMO ÉS BONITO NO ROMANCE E FEIO NA REALIDADE!”**

Em 12 de novembro de 1914, é publicado o artigo “Velha praga” na seção “Queixas e reclamações” do jornal *O Estado de São Paulo*, de José Bento Monteiro Lobato. Autor desconhecido, Lobato se colocava como “uma voz do sertão” que veio dizer às gentes da cidade, preocupadas com as destruições causadas pela Grande Guerra, que “fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico” (LOBATO, 2009b, p.159).

Quem fala neste artigo é o proprietário da Fazenda São José do Buquira, localizada no vale do Paraíba paulista, então com suas terras esgotadas pela produção agrícola de outrora, preocupado com as queimadas realizadas na Serra da Mantiqueira e as consequências ambientais de tal prática, que contribuía para a total exaustão da região. Entretanto, as questões ecológicas não são o cerne de sua argumentação. Este artigo é uma vingança, como nota Sérgio Milliet<sup>8</sup>. Sua indignação é voltada para o trabalhador daquelas paragens, o caboclo:

“A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porrigo decalvans*, o parasita de couro cabeludo produtor da “pelada”, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos a mais ubertosa região se despe dos

<sup>8</sup> “Jeca Tatu é uma vingança. A vingança do fazendeiro fracassado contra o caboclo que lhe põe fogo na mata. É o julgamento de um representante da classe dos que possuem alguma coisa e por isso mesmo não podem compreender a psicologia diferente dos miseráveis. A sentença inapelável dos que não perceberão jamais que viver não é apenas criar riqueza. Dos que embora não dêem aos desgraçados os meios de se educarem e requintarem exigem dos pobres diabos uma atitude na vida semelhante à sua própria. Dos que pensam sempre ser uma grande honra para o escravo servir o senhor e encaram o descontentamento dos subordinados como se fossem gestos de ingratidão”. MILLIET, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. In: *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 231-235, jul./dez., 1981.

jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias – seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha e, descendo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro – sua tortura e vergonha.

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Escorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se”. (LOBATO, 2009b, pp.160-161).

O progresso não chegava para todos. O caboclo, homem que “recua para não adaptar-se”, é apresentado como o atraso, como sinônimo de preguiça, ignorância, indolência, como parasita da serra, que destrói para sobreviver, não produzindo cultura alguma, antes impossibilitando qualquer tentativa de produção lucrativa e racionalmente conduzida. A existência de outros ritmos, experiências do tempo, são criticadas enquanto ociosidade, decisão voluntário de manter-se à margem do progresso, do processo civilizacional. Quem escreve é um fazendeiro pouco afeito à administração de sua propriedade, elegendo culpados pelos pequenos lucros com as colheitas de café, vindo de cima seus agregados.

Animado com a repercussão do libelo, no mês seguinte publica o artigo “Urupês”, aprofundando suas críticas aos caboclos do interior, simbolizado na caricatura do Jeca Tatu, criatura “feia e sorna, [que] nada a põe de pé”. No entanto, esta nova acuação não é apenas uma reiteração do que fora anteriormente exposto. É uma censura à permanência da literatura romântica no país, que substitui o índio pelo caboclo, mantendo o mesmo “substrato psíquico”: “orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heroica, todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras” (LOBATO, 2009b, pp.168-169). Monteiro Lobato estava convencido de que “entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades” (LOBATO, 2010a, p.290).

Jeca Tatu vegetava de cócoras, “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”. Era o resultado das “benemerências sem conta da mandioca”, por ser “um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas”, mantendo seus pés no chão, vivendo de qualquer jeito, pois “nada paga a pena”. Se “o vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente” (LOBATO, 2009b, pp.169 e 172), Jeca nunca progrediria porquanto vive do que lhe era oferecido pela natureza, sendo um nômade sem cultura ou comodidade.

Impossível formar uma nação com estes elementos. Os sentimentos de pátria e civismo lhes eram desconhecidos, não tendo concepções do país em que vive, desconhecendo

o presidente da República (“Pois de certo á de ser o imperador”, responderia) e resumindo na palavra “reclutamento” todo o seu entendimento sobre “guerra, defesa nacional [e] ação administrativa” (LOBATO, 2009b, p.174). Em resumo, era uma quantidade negativa:

“O caboclo é soturno.

Não canta senão rezas lúgubres.

Não dança senão o cateretê aladainhado.

Não esculpe o cabo da faca, como o cabila.

Não compõe sua canção, como o felá do Egito.

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachoo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele, no meio de tanta vida, não vive...”. (LOBATO, 2009b, p.177).

Improdutivo, soturno e ocioso, Jeca Tatu era uma sombra dos processos ocorridos nas grandes metrópoles. Ele não vive e é um estranho em seu país. É parte do “amontoado de ruínas [que] cresce até o céu” deixado para trás, esquecido pela tempestade chamada progresso, de que nos fala Walter Benjamin (2012, pp.13-14). Seria possível “deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos”? Impelido “irresistivelmente para o futuro”, Monteiro Lobato não propõe formas de integração do caboclo nas conquistas tecnológicas do capitalismo em expansão ou sua efetiva participação nos destinos da república, dita democrática. Antes de recomendar possíveis fórmulas para o descompasso temporal existente, foi necessário maior conhecimento da situação do interior brasileiro, desconhecidas no momento.

Em 1918, “Velha Praga” e “Urupês” seriam publicados em livro com alguns contos do autor. Carregando o nome deste segundo artigo, a obra seria um sucesso editorial, alcançando sua 4ª edição antes de um ano, contando com 12 mil exemplares em circulação. Monteiro Lobato não era mais um fazendeiro: era autor de um *best-seller* e o dono do periódico de maior prestígio entre a intelectualidade brasileira, a *Revista do Brasil* (LUCA, 1999). Neste mesmo ano, Lobato iniciaria sua primeira campanha pela redenção do caboclo e aprofundaria as questões relativas à simultaneidade dos tempos históricos da nação através das “cidades mortas”, em seguida.

### “PERDOAS?”

Monteiro Lobato foi nomeado promotor público da comarca de Areias, no interior do Estado de São Paulo, após uma “cavação de promotoria” auxiliada por seu avô, Visconde de Tremembé, respeitado fazendeiro do vale do Paraíba paulista, em abril de 1907<sup>9</sup>. Durante quatro anos, Lobato ficaria confinado no novo cargo, observando a modorra daquela cidade, o dia-a-dia sempre igual, tão estranho da capital, onde cursara a Faculdade do Largo de São Francisco. Escrevendo para Godofredo Rangel, descreveria suas impressões da atual morada:

“Areias, Rangel! Isto dá um livro à Euclides (...). Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias foi. Fogem da anemia do presente por meio duma eterna imersão do passado. (...) Perto de Areias fica Bananal – com um passado escravocrata que é um cacho de crimes lindos e muita banana-ouro. Houve grossa riqueza por lá, quando aquilo era o Ribeirão Preto da época. Barões que usavam penico de ouro. Mulheres ciumentas que cortavam o seio das escravas. Cada casa á – dizem aqui – é cofre duma lenda – aqueles casarões abandonados. Ainda há mistérios no ar”. (LOBATO, 2010a, p.147).

É neste ambiente que gesta grande parte dos seus contos, sobretudo os presentes em *Cidades mortas* (1919). Outra faceta do problema narrado em 1914 é abordada: não mais aqueles sujeitos vivendo nas zonas fronteiriças da civilização, mas os destroços deixados pelo progresso, as cidades que vivem das sombras de outrora, sem qualquer horizonte de expectativas, condenadas aos entulhos causados pelo porvir. Areias e Bananal eram exemplos das zonas onde o café prosperou rapidamente, gerando enorme lucratividade, mas que assistiram sua ruína na medida em que o solo se esgotava, tornando-o incapaz de sustentar os mesmos padrões produtivos.

Nos contos, uma das cidades, criadas por Lobato a partir de sua experiência, carrega no nome sua fatalidade - Oblivion, do inglês “esquecimento”. O quadro sintético de tal situação aparece logo nas primeiras páginas da obra:

“A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurte de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de tapers. A iberdade nativa do solo é o fator que condiciona. Mal a iberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o

<sup>9</sup> “Rangel: O meu atraso epistolar tem origem na “cavação de promotoria” em que me empenhei em fevereiro e só agora, 4 de março, consegui levar a efeito, com derrota de um exército de candidatos. (...) Cento e tantos candidatos para esse ossinho – informou-me o próprio secretário Washington Luís (...). Foi triunfo decisivo uma carta do meu avô ao general Glicério”. Carta de Monteiro Lobato à Godofredo Rangel, 14 de abril de 1907. LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010. p.143.

desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.

Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte.

Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.

Um tanto de cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes”. (LOBATO, 2009a, p.21).

Progresso nômade, deixa para trás “um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam”, espécie de “fauna cadavérica de última fase a roer os derradeiros capões de café escondidos nos grotões” (LOBATO, 2009a, pp.23-24). Desviados da civilização, nada ligava tais cidades com o resto mundo, relegadas ao esquecimento – uma morte em vida.

Distantes dos centros políticos e culturais, seus habitantes nutriam um sentimento nacional falseador da realidade, promovido pela literatura romântica. Em Oblivion, circulavam apenas três livros, lidos e relidos pela ínfima população alfabetizada: “*La mare d’Auteuil*, de Paulo de Kock, para o uso dos conhecedores do francês; uns volumes truncados do *Rocamboles*, para enlevo das imaginações femininas; e *Ilha maldita*, de Bernardo Guimarães, para deleite dos paladares nacionalistas” (LOBATO, 2009a, p.28). A “biblioteca” era o complemento da situação de negligência por parte dos poderes públicos naquelas paragens, porquanto funcionasse de paliativo de uma situação desoladora, possível de conviver através da mentira – o “prisma desnaturador” – presente na obra de Guimarães:

“No concerto dos nossos romancistas, onde Alencar é o piano querido das moças e Macedo a sensaboria relambória dum flautim piegas, Bernardo é a sanfona. Lê-lo é ir para o mato, para a roça – mas uma roça adjetivada por menina de Sion, onde os prados são *amenos*, os vergéis *floridos*, os rios *caudalosos*, as matas *viridentes*, os píncaros *altíssimos*, os sabiás *sonoros*, as rolinhas *meigas*. Bernardo descreve a natureza como um cego que ouvisse contar e reproduzisse as paisagens com os qualificativos surrados do mau contador. Não existe nele o vinco enérgico da impressão pessoal. Vinte vergéis que descreva são vinte perfeitas e invariáveis amenidades. Nossas desajeitadíssimas caipiras são sempre lindas morenas cor de jambo.

Bernardo falsifica o nosso mato. Onde toda a gente vê carrapatos, pernilongos, espinhos, Bernardo aponta doçuras, insetos maviosos, flores olentes.

Bernardo mente”. (LOBATO, 2009a, pp.28-29).

Este ataque à literatura romântica não é fortuito. Trata-se de uma disputa, uma certa negociação da realidade, onde sua obra constitui uma possibilidade de interpretação da nação frente aos outros projetos, esforçando-se para desqualificar visões dessemelhantes e legitimar a superioridade de sua própria significação. Colocar-se como uma “voz do sertão”

ou alguém que na mocidade “vegetou no ambiente marasmático das cidades mortas”<sup>10</sup> é uma forma de autenticar a veracidade do exposto em artigos e contos, estabelecendo um ponto de partida para as futuras iniciativas que busquem resolver o descompasso temporal apresentado.

Nos anos de 1918/19, os projetos de redenção do Jeca Tatu e o soerguimento das cidades interioranas começam a ser arquitetados por Monteiro Lobato. É a perspectiva de um “projeto”, com objetivos por atingir, meios disponíveis, conhecimentos necessários, que permite, se não ultrapassar, redimensionar as tensões entre espaço de experiência e horizonte de expectativa ao estabelecer ligações entre ambas categorias, fabricando caminhos para alcançar o porvir desejado e superar os limites do presente.

Na primeira edição de *Urupês* há uma “Explicação desnecessária”, início de um repensar as condições de existência do Jeca Tatu, que fora rapidamente elevado à categoria de personagem-símbolo, imagem literária representante de um “tipo” humano, mesmo que caricatural:

“Entra neste livro de contos uma caricatura que o não é, Urupês. Ella veio solver o tremendo problema baptismal. E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Geca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatú, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquelle tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas?” (LOBATO, 1918, s.p.).

Este pedido de desculpas vem do conhecimento de Monteiro Lobato das pesquisas realizadas pelos médicos sanitaristas Belisário Pena e Artur Neiva sobre saúde pública, onde os males endêmicos da população rural foram diagnosticados como malária, impaludismo, anemia entre outras doenças. Por que Lobato teria aceitado tais pesquisas e corrigido suas impressões sobre o caboclo? A afirmação “O Jeca não é assim; *está* assim” nos ajuda a pensar no assunto. Considerar que o Jeca não é um “mamparreiro”, um ser arisco e condenado à fatalidade do subdesenvolvimento é abrir-lhe possibilidades de mudança, entendendo seu estado como uma situação passível de remediar. A cura viria por meio de medidas profiláticas, difundidas através de campanhas em áreas infectadas e artigos de jornais informando sobre os novos conhecimentos no campo da biologia microscópica. Enfim, o “laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos”: “Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta de biologia” (LOBATO, 2010c, p.76). O

<sup>10</sup> Na primeira edição de *Cidades mortas* havia a seguinte nota de abertura: “Entra neste livro um punhado de coisas antigas, impressões d’uma mocidade que vegetou no ambiente marasmático das cidades mortas. Oblivion Itaoca... Quantas saudades!...”. Reproduzida em LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. Ed. São Paulo Globo, 2009. p.19.

Brasil não estava mais condenado pelas raças que o compunham – como havia afirmado em *Urupês* -, mas era um país doente, um imenso hospital que necessitava de intervenções urgentes.

Passa a publicar uma série de artigos n’*O Estado de São Paulo*, depois reunidos em volume por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil com o título *Problema Vital* (1918). A população brasileira, calculada em 25 milhões de habitantes, seria composta de “dezessete milhões de opilados”, “três milhões de idiotas” e “dez milhões de impaludados”<sup>11</sup> – resultando que as três doenças trabalhadas poderiam ser encontradas no mesmo indivíduo. O que fazer? A resposta era imperativa:

“Fala-se hoje em pátria mais do que nunca. Jamais o dispêndio de hinos, versos, conferências, artigos, livros, boletins e discursos patrióticos foi maior. No fundo de tudo isso, porém, está a retórica vã, a mentira, a ignorância das verdadeiras necessidades do país.

Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.

*E saneá-lo antes que o estrangeiro venha fazê-lo por conta e proveito próprios.*

Se tencionamos subsistir como povo soberano, livres do pesadelo de ignominiosa absorção, o caminho é um só: sanear o Brasil”. (LOBATO, 2010c, p.38).

Mais uma vez, programas patrióticos eram apresentados como vazios se não resultassem em melhorias efetivas para as populações rurais. “O Brasil é o país mais rico do mundo”, ironiza Lobato, “em parasitos hematófagos transmissores de moléstias letais” (LOBATO, 2010c, p.40). Era precisa reconstituir a saúde dos “Jecas”, afinal

“Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados de sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robustez e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho, eles sempre elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, mantêm alto o índice biológico da raça, pois é com o sangue e o músculo forte do camponês que os centros urbanos retemperam a sua vitalidade.

O urbanismo é um mal nocivo à espécie humana. Os vícios, o artificialismo, o afastamento da vida natural, o ar impuro, a moradia anti-higiênico se conjugam para romper o equilíbrio orgânico do homem citadino, rebaixando-lhe o tônus vital. Mas o campo intervém e restaura-se o equilíbrio. A infiltração permanente de sangue e carne de boa têmpera, vinda dos campos, contrabalança o desmedramento das cidades”. (LOBATO, 2010c, pp.47-48).

<sup>11</sup> Estes são alguns títulos dos artigos que compõem *Problema Vital*.

Nos debates sobre a questão nacional nos contos lobatianos e em suas primeiras campanhas panfletárias, a urbanização é pouco explorada e o operariado inexistente. Mesmo escrevendo na capital paulista, em pleno processo de modernização urbana, social e cultural, com um número cada vez maior de imigrantes, a chegada de novas tecnologias (p.ex. cinema), mudança nos costumes (p.ex. a contestação de antigos padrões de feminilidade, os casos mundanos presentes nas fofocas publicadas em periódicos etc.), reformas urbanas e advento da arte moderna<sup>12</sup>, Monteiro Lobato continua refletindo sobre questões caras ao mundo agrícola, ofuscado pelo crescimento sem precedentes da metrópole. No entanto, seu pensamento se dirige ao futuro e aos impasses inerentes em formar uma nação no Brasil, país hierárquico e discriminatório – embora republicano e democrático.

O anseio em solucionar os impasses ocasionados pela existência de múltiplos tempos históricos no território nacional percorre seus primeiros escritos, especialmente seus contos e os textos publicados em *Problema Vital*. Por que esses descompassos eram uma questão urgente para Lobato? Voltemos à sua leitura de Euclides da Cunha. A Luta, drama final do tríptico euclidiano, fora causada pela incompreensão recíproca do “homem-cacto” e do “homem mais evoluído do litoral”. Para supressão do hiato temporal “veio a guerra – único remédio que a estupidez do Estado encontra para as grandes emergências” (LOBATO, 2010b, p.181). Outras soluções eram necessárias, então.

---

<sup>12</sup> Para uma discussão sobre São Paulo nos anos de 1920, ver CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda, 2008. e SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

**FONTES**

- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. Introdução, nota editorial e cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Rolando Morel Pinto. São Paulo: Cultrix; Brasília, INL, 1975.
- CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editôra, 1996. 2 volumes.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Introdução M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003. – (Coleção Prestígio).
- LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010a.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. 2. ed. São Paulo: Globo: 2009a.
- LOBATO, Monteiro. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Globo, 2010b.
- LOBATO, Monteiro. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, 2008.
- LOBATO, Monteiro. *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Globo, 2010c.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009b.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês (contos)*. São Paulo: Ed. da Revista da Brasil, 1918.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: Fundação Casa de Rui Barbosa. *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro, 1988.
- CASTRO, Ana Cláudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Edita da UNESP, 1999.

MILLIET, Sérgio. Jeca Tatu é uma vingança. In: *Revista Ciência e Trópico*, Recife, 9(2): 231-235, jul./dez., 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (coordenação). *História do Brasil nação: 1808-2010*, volume 3: a abertura para o mundo, 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madri: Fundación MAPFRE, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\*\*\*

Artigo recebido em março de 2015. Aprovado em outubro de 2015.